



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CONCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELOS QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE TIJUAÇU, BAHIA: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA SOBRE O PAA

Andréia Santos Carvalho
Denise Oliveira e Silva
Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês
FIOCRUZ
andréia.carvalho@si.ifbaiano.edu.br
den.iluz@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A alimentação se constitui em algo complexo, pois ela não serve apenas para satisfazer as necessidades nutricionais e possibilitar o desenvolvimento humano, indo muito além, representando a comunhão entre os seres humanos e a própria natureza, permeada de características culturais específicas de cada grupamento humano. O direito à alimentação é um direito individual a ser garantido universal e incondicionalmente ao ser humano, no entanto a fome, um problema multicausal, acomete várias pessoas no mundo.

As comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos, atualmente são consideradas grupos de alta vulnerabilidade social, por questões históricas sofridas por seus antepassados. Nesses grupos, a pobreza, a falta de renda suficiente, a escassez de recursos naturais, a fome e a insegurança alimentar, são altamente prevalentes e com grandes conseqüências para o estado de saúde e de vida. Porém, essa situação tende a melhorar a partir da criação de políticas propriamente ditas direcionadas a essas comunidades tradicionais, da instituição de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No entanto, será que apenas a aplicação dessas políticas, programas e resoluções é suficiente para que acabe com a fome e a pobreza desses grupos? Será que o resgate de seus valores culturais é algo desejado por essas comunidades que estão inseridos num mundo globalizado? Questões precisam ser levantadas e respondidas, mas com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

uma compreensão profunda do cotidiano desses grupos, que muitas vezes, preferem abdicar da sua cultura e aderirem a uma cultura globalizada como forma de inserção social, o que favorece uma situação precária de vida.

A abordagem etnográfica nos permitiu a análise profunda dessas questões, pois possibilitou ao observador uma análise densa da realidade observada, já que há uma forte interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa com o investigador.

Desta forma, este estudo contribuiu para fornecer subsídios para a criação de estratégias políticas, técnicas e operacionais que permitam à melhoria das condições de vida da comunidade.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção a segurança alimentar e nutricional, na comunidade quilombola de Tijuacu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.

Objetivos específicos

- a) Descrever as características simbólicas e sociais da produção agrícola familiar;
- b) Caracterizar o conhecimento da comunidade sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos proposto pelo Governo Federal;
- c) Avaliar as principais dificuldades encontradas na produção de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

A Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A segurança alimentar pode ser entendida como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2008). Quando se discute segurança alimentar está-se falando de condições de vida e nutricionais adequadas e que nenhum indicador, isoladamente, consegue dar conta das múltiplas dimensões que fazem parte desta mensuração. Qualquer alteração destas questões que ocupam o campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) leva a precariedade de condições sociais de vida e a um quadro de insegurança alimentar e nutricional, que pode comprometer o pleno potencial de desenvolvimento e crescimento humano (BURLANDY; COSTA, 2007).

O problema da fome e da insegurança alimentar tem uma dimensão global e cerca de mais de 01 bilhão de pessoas no do mundo, particularmente, em países em desenvolvimento, não tem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. Segundo o Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe em 2009 destaca que os avanços no combate à fome nos últimos 20 anos foram perdidos pelos problemas dos anos recentes. A FAO notou que entre os grupos mais afetados estão os afrodescendentes, 150 milhões de pessoas na região, localizadas, sobretudo, em Brasil, Colômbia e Venezuela (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2009). A pobreza é considerada a maior causa da insegurança alimentar, pois dificulta o acesso aos alimentos e aos meios de produção, como a terra e a água, impedido o cumprimento de um direito humano básico, que é a alimentação (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1996).

Na Nação Brasileira, cerca de 10 milhões de famílias não possuem renda suficiente para garantir a segurança alimentar (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). Além disso, o mapa da fome brasileiro reflete as desigualdades econômicas entre as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diversas regiões, sendo o Nordeste e Norte, as que concentram a maior proporção de pessoas com dificuldade de acesso a alimentação (IBGE, 2006).

Nas comunidades tradicionais quilombolas, é evidenciada uma grave situação de insegurança alimentar que está associada à constante ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios, onde exercem suas atividades de subsistência e ao precário acesso as políticas públicas propriamente ditas (BRASIL, 2005).

Silva et al. (2008), em seu estudo com comunidades quilombolas em Santarém, no Pará, identificou que essas comunidades reconhecem que estão em situação de insegurança alimentar e consideram os fatores causais de maior relevância para esta situação a falta de posse de terra. Segundo a concepção dessas comunidades, a não-titulação das terras quilombolas, pode influenciar o estado nutricional das coletividades pela forma como se dão à oferta e a disponibilidade, o acesso e o consumo dos alimentos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar

No Brasil, desde a década de 30, várias políticas sociais de alimentação e nutrição foram implementadas com o intuito de reduzir as diferenças sociais e enfrentar o problema da fome, e com a finalidade de articular programas e projetos que modificassem as condições de nutrição e assegurassem o direito humano à alimentação adequada a toda a população brasileira, com atuação integrada de outros setores.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado desde 1954, é o maior e mais antigo programa de alimentação e nutrição do Brasil. Tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica e das modalidades de ensino da educação de jovens e adultos, mediante a oferta de suplementação alimentar, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (SANTOS, 2008).

Estima-se que cerca de 129 mil crianças quilombolas no país são atendidas pelo PNAE e que, para muitas delas, a alimentação escolar representa a única refeição diária.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Entretanto, embora essas crianças possam estar protegidas contra a desnutrição, a insegurança alimentar ameaça e atinge suas famílias (PEREIRA, 2009).

A Agricultura Familiar e o agronegócio no Brasil

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, embora com a abrangência que lhe tem sido atribuída nos últimos anos, assume ares de novidade e renovação. Ela ostenta papel fundamental no contexto agropecuário brasileiro tanto na produção de alimentos quanto na geração de empregos. (EVANGELISTA, 2000).

A partir dos anos 90 vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil, que se materializou em políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária (ROCHA, 2007).

É consenso a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável, que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos econômicos e sobre a importância dos agricultores familiares na construção desse novo modelo (CEPLAC, 2009). Está deve envolver o manejo eficiente dos recursos disponíveis, mantendo a produção nos níveis necessários para satisfazer às crescentes aspirações de uma também crescente população, sem degradar o meio ambiente (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989).

O Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA é uma das ações do Programa Fome Zero e constitui-se em mecanismo complementar ao PRONAF, definido pela Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2010, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

familiar, que concentra grande parte dos focos de vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a).

O Programa tem operado atualmente por meio de diversas modalidades, que têm objetivos em comum como simplificar e agilizar o escoamento da produção; promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores (BRASIL, 2009a).

O PAA para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar estabelece através da Resolução 38/2009 do FNDE que os fornecedores poderão ser os Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) física e/ou jurídica, conforma a lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), organizados em grupos formais e/ou informais. (BRASIL, 2009).

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi utilizada a abordagem etnográfica, e seus instrumentos como a técnica de observação participante, os diários de campo e as entrevistas em profundidade, que conduzem a uma descrição densa dos fenômenos no campo do social, do simbólico e da cultura, que possibilita ao investigador compreender as práticas culturais dentro de um contexto social mais amplo (VÍCTORA, 2000). Esta pesquisa foi realizada entre Fevereiro e Julho de 2010.

A observação participante se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o pesquisador e os sujeitos estudados, no meio destes, (MALINOWSKI, 1975). Essa observação deu-se em diferentes momentos: nas reuniões da Associação, nas manifestações religiosas, na feirinha local, na escola e no dia-a-dia da comunidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Para Gil (1995, p. 104), o principal inconveniente da observação participante está, em que, a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, inibindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis. Para evitar esse viés, procurei criar uma aproximação com a comunidade, tornando freqüente a minha presença, através de visitas, participando dos eventos, prestando atendimento nutricional ou simplesmente caminhando pelas ruas da vila.

A comunidade tradicional remanescente de quilombo Tijuaçu, está localizada no município Senhor do Bonfim, Bahia, a 23 km, localizado as margens da BR 407 (Feira de Santana – Juazeiro), a 375 km de Salvador, na região norte do Estado.

O distrito de Tijuaçu tem interação territorial entre três municípios – Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves e Filadélfia e é formado por 14 povoados. Está numa região seca, com vegetação caatinga arbórea aberta, predominantemente formada por umbuzeiro, ouricurizeiro e cactos.

O trabalho de campo foi iniciado com o envio de uma carta da pesquisadora responsável pelo Projeto à Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu, em Fevereiro de 2010, com descrição dos objetivos da pesquisa e a forma de abordagem para sua execução. Em seguida, foi realizada uma reunião na comunidade, no dia da reunião mensal da Associação Agropastoril de Tijuaçu e adjacências, para que a população fosse esclarecida sobre as etapas de execução e objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo, para convidá-las a participar do estudo.

Como sou nutricionista do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) no município, isso facilitou o meu contato com a comunidade e a identificação dos possíveis informantes-chave, que foram identificados pelo contato com as lideranças políticas, culturais e das escolas, pois eram pessoas que eu já conhecia e mantinha contato.

As entrevistas foram realizadas através de um contato prévio e com apoio de um roteiro semi-estruturado, contendo questões norteadoras relacionadas à segurança alimentar, identidade quilombola e sobre o PAA.

Considerando que a fala tem significado direto, literal e explícito, deu-se voz aos produtores rurais, chefes de família de ambos os sexos, estudantes das escolas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

quilombolas, mães e donas de casa, lideranças comunitárias, jovens e representantes do poder público local, totalizando 14 entrevistas.

Para registrar os dados, utilizei a gravação em mídia digital e o diário de campo, que foi um elemento bastante utilizado nas visitas realizadas à comunidade, para registrar os acontecimentos antes, durante e após a atividade.

Para delimitar a suficiência dos dados e encerrar essa etapa, foi utilizado o ponto de saturação, quando se considerou que as informações se tornaram reincidentes e deram mostras de exaustão.

Após a leitura exaustiva de todas as entrevistas foram realizadas três fases de análise: (a) identificadas as expressões chaves (ECH) de cada discurso; (b) formuladas as idéias centrais (IC); (c) descrição dos significados.

Procurando uma visão mais realista foi utilizada a perspectiva de análise hermenêutica-dialética, a partir da síntese elaborada por Minayo (1994, p. 231), que é o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade.

Os aspectos éticos foram contemplados em conformidade com o item IV da resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, do Ministério da Saúde (MS), para pesquisa em seres humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, sob o parecer nº 72/2009 em 15 de Dezembro de 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Aspectos simbólicos sociais da produção agrícola: o desencantamento da roça

A agricultura sempre foi uma atividade desenvolvida pelos negros desde o período colonial, época da escravidão, e representava o seu modo de sustentabilidade. Assim como nas demais comunidades tradicionais, no Quilombo de Tijuaçu, a principal atividade econômica é a agricultura tradicional familiar.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os problemas são inúmeros e são reconhecidos pela sociedade brasileira, que por muitas vezes adotou soluções paliativas sem impacto. No Brasil, existem mais de 2200 comunidades quilombolas, totalizando cerca de 2,5 milhões de pessoas. Ainda restam cerca de 20.000 famílias para receberem o título de suas terras (CALDAS; GARCIA, 2007).

A regularização das terras é apontada pelos descendentes de escravos como o maior impasse para a produção agrícola, visto que é ela que propicia as condições de permanência, de referências simbólicas importantes, enfim se constitui em um suporte para a manutenção do seu modo de vida, como afirma esse quilombola de 33 anos:

O maior problema que a gente tem hoje é justamente a falta de terra para trabalhar. A gente não tem terra para trabalhar, enfim a gente não tem nada, porque é da terra que tira nosso próprio sustento e ela que da partida para todo processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Outra limitação enfrentada pela comunidade quilombola de Tijuacu está relacionada ao alto custo que se tem para produzir, com retorno, na maioria das vezes, insatisfatório.

No entanto, a questão do baixo preço de venda, pode ser um fator de proteção, na medida em que evita que esses quilombolas venham a passar fome, pois se o preço de comercialização dos produtos for alto, eles vendem tudo, pensando apenas no lucro e por vezes, são obrigados a comprar os mesmos produtos com o valor reajustado, contribuindo para que a subsistência da família fique comprometida, como deixa claro a Quilombola de 59 anos:

A gente plantava para consumir e pra comprar alguma coisinha [...] hoje em dia não dá, porque o feijão tá barato demais e umas horas é até bom o feijão ficar barato, que pelo menos todo mundo fica com seu feijãozinho, não vende tudo. Quando é mais barato não vende, quando é caro, eles vendem tudo e fica passando fome, não é não? Ainda, acabam comprando esse mesmo feijão por três, quatro reais...

Sem incentivos agrícolas, os quilombolas enfrentam dificuldades para plantar, sendo obrigados a cultivar apenas o suficiente para manter a sua família, considerando que terá uma boa safra, pois os fatores climáticos na região também interferem bastante na produção.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Para o escoamento dessa produção, a comunidade se vê obrigada a aceitar o valor ofertado pelos atravessadores, que se tornam o grande gargalo da comercialização de seus produtos.

Além desses problemas, o desestímulo dos jovens quilombolas dessa comunidade em desenvolver atividades na roça, por não verem nas mesmas a valorização que desejam e a obtenção de renda que necessitam. Os jovens estudam, sonhando em ter um trabalho bom, ter a vida boa, mas se não conseguem isso volta para roça, mas a deixa como última opção e continua sonhando. Essa dificuldade enfrentada pelo jovem quilombola ou pelos afro-descendentes como afirma Domingues (2005), está enraizada numa sociedade que se diz livre do racismo, mas na verdade utiliza-o como uma arma ideológica de dominação (PRAXEDES, 2003).

A produção de alimentos ressignificada no PNAE: alimentos tratados e não tratados

O alimento é algo muito importante para os quilombolas de Tijuáçu, visto que é dele que provem sua sobrevivência. Mas o alimento deve ter o cheiro, a cor, o sabor puro da natureza, nada modificado pelo homem, enfim que mantenha as características do natural, saudável para garantir uma boa saúde. O natural refere-se a tudo que já é dado pela natureza, inerente à espécie humana e dotado de caráter universal (ROMANELLI, 2006).

Os quilombolas têm muita preocupação com os alimentos que vem de “fora” da comunidade, pois fogem do seu olhar, do seu cuidado. O alimento de “fora” não é considerado natural, pois é produzido com alternativas tecnológicas e se desconhece as consequências desse desenvolvimento para a natureza e para saúde humana.

A gente tá adoecendo é porque esses alimentos tão tudo doente. Pra você ver que esse povo da época de minha mãe, mais pra trás não tinha essas doenças que tá tendo hoje. [...] É porque essas coisas que vem de lá de fora, de regração, tudo com remédio, não adianta não. Agora a nossa é saudável. (Informação verbal)¹

¹ Entrevista Quilombola Feminino, 42 anos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mesmo com o *boom* que a propaganda alimentar introduz, que possui um caráter alienador e valorizador dos alimentos considerados sedutores e perfeitos, os agricultores familiares do quilombo de Tijuaçu insistem em afirmar que não possuem o valor, a energia, o equilíbrio e a pureza que o alimento natural da terra tem:

Os de lá de fora não tem não. O feijão maduro de lá de fora, com os caroços deste tamanho, bota no fogo e ele cozinha, mas não tem uma isca de força, é só aquela palha. Não tem o valor que tem o da gente, que é tudo natural. (Informação verbal)²

Para a comunidade quilombola de Tijuaçu o “natural” representa a valorização do alimento da terra, do campo, o trabalho do pequeno agricultor, que tem o cuidado com alimento que garantirá sua sobrevivência. O alimento que é, antes de tudo, o reconhecimento da sua identidade.

Uma relação desconhecida: PNAE e PAA

O PAA é desconhecido pela comunidade quilombola de Tijuaçu. Isso se deve, em parte, a ausência de uma sensibilização dos responsáveis pela implementação e na própria cultura dos órgãos envolvidos, que estão tradicionalmente impregnados pelo produtivismo, onde cabe pouco ou nenhuma importância à questão da segurança alimentar e ao tratamento especial que possa ser dispensado a produtores com precário controle sobre meios de produção (SILVA; COSTA, 2007).

O PNAE é um bem conhecido pela comunidade e a Alimentação Escolar, para muitos, representa a garantia da única refeição do dia, além de ser vista como uma possibilidade de perpetuação cultural deles, com a inserção de alimentos típicos da sua cultura, produzidos por eles, mas com espaço para o novo, diferente daquilo que é servido em casa. Isso demonstra a necessidade de repensar algumas práticas no cotidiano escolar relacionado à Alimentação Escolar, em especial, em comunidades tradicionais.

² Entrevista Quilombola Feminina, 42 anos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A possibilidade da existência de um Programa, como o PAA, que garantisse a compra dos seus produtos, foi vista como um estímulo a plantar, pois os riscos da atividade produtiva estariam minimizados e teriam, principalmente, a certeza de renda para complementar as suas necessidades, questão que a roça sozinha não é capaz de suprir, amenizando assim o problema da insegurança alimentar e nutricional.

Segundo o representante do governo local, o PAA no município deixa muito a desejar e que necessita da participação de todos os atores sociais para atender aos requisitos do Programa. O município demorou muito a ser contemplado pelo Pronaf e por isso está tendo dificuldades em emitir a DAP, por questões estruturais e de logística do próprio município. Entretanto, ele alerta para o fato que a agricultura familiar não deve se direcionar apenas no PAA, pois ele é apenas um instrumento institucional, não se constituindo, portanto, em uma política de Estado.

Perspectivas de Segurança Alimentar e Nutricional no Quilombo de Tijuaçu pelo PAA e PNAE

O Estado reconheceu a titularidade do domínio das terras tradicionalmente ocupadas aos remanescentes de quilombo, porém foi um reconhecimento abstrato, pois a sua operacionalização se consumou num impasse institucional desse direito, fato que se verifica pelas inúmeras comunidades sem titulação. As titulações que foram, até hoje, concedidas deve-se muita mais à luta persistente do movimento quilombola, como é o caso de Tijuaçu.

O país tem adotado as ações afirmativas como uma forma de reparação do sofrimento histórico que esse grupo étnico foi submetido, mas parece que essas articulações servem apenas para o Estado eximir-se de suas responsabilidades, pois as suas determinações teóricas não são condizentes com a prática. No tocante ao PAA, o grande gargalo está na determinação da obrigatoriedade de emissão da DAP para o agricultor participar do programa, pois para emissão desse documento é necessário que o agricultor seja o proprietário das terras. Isso acaba gerando uma grande contradição relacionada questão de regularização das terras quilombolas. Como o quilombo de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Tijuaçu poderá participar do PAA para o PNAE se até hoje, o processo de regularização de suas terras não foi concretizado? Sendo assim o primeiro impasse que impede a promoção da SAN nesse quilombo seria a não regularização das terras quilombolas.

Os quilombolas afirmam que da forma como a agricultura brasileira está estruturada, com base na monocultura alimentar, é extremamente comprometedor ao desenvolvimento das comunidades quilombolas, visto que estas trabalham em uma agricultura orgânica, “natural” e que sem incentivos governamentais não terão condições de encarar um mercado produtor tão competitivo.

Fica evidente, ao menos para a comunidade quilombola de Tijuaçu, que a junção de um programa que garanta a compra dos alimentos produzidos organicamente, pertencentes da cultura local, por preços justos para oferecer ao PNAE municipal, é uma ótima estratégia de promoção de SAN, no entanto, nas condições atuais, é uma realidade bem distante da atual situação do quilombo de Tijuaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quilombo de Tijuaçu tornou-se um imperativo de sobrevivência, pois souberam enfrentar as resistências e preconceitos de uma sociedade que, segundo Domingues (2005), possui uma segregação racial não declarada, e por isso despreza a cultura e sua visão de mundo das comunidades tradicionais, principalmente a negra.

A experiência nesse quilombo serviu para mostrar que não bastam apenas “boas intenções”, retórica política e debates acadêmicos, mas sim ações efetivas para enfrentar o problema da exclusão social do negro no Brasil. O Estado precisa criar condições, principalmente no campo das políticas públicas, para assegurar o respeito à diversidade étnico-racial que compõe a população brasileira.

Recomenda-se a implantação do PAA regional para promover a inclusão do agricultor familiar ao Mercado; que o poder público atue de forma a minimizar a burocratização na titulação das terras quilombolas e que sejam feitas adaptações na resolução 38/FNDE; que o Governo antes de implementar as políticas, resoluções e/ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

leis, propiciem os meios reais para que os beneficiários foco das políticas, possam participar delas.

Enfim, sugere-se a realização de novas pesquisas que possam compreender as necessidades, as representações sociais, os valores culturais e simbólicos, entre outros significados dessas comunidades tradicionais, para que sejam construídas e aperfeiçoadas políticas públicas que atendam essas especificidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria da atenção à saúde. Departamento de atenção básica. Política nacional de alimentação e nutrição. 2. ed. Rev., 5. Reimpr., Brasília, DF, 2008, 48p

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria nacional de segurança alimentar e nutricional. Programa de aquisição de alimentos. Manual operacional e de orientação ao proponente ano 2009. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate a fome; 2009a

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil quilombola. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2005.

BURLANDY, L.; COSTA, R. S. Segurança Alimentar e Nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: KAC, G. et al. (Org). Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. v. 1, p. 485-501.

CALDAS, A., GARCIA, L. Direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos: o longo e tortuoso caminho da titulação. 2007. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/direito-a-terra-das-comunidades-remanescentes-de-quilombos-o-longo-e-tortuoso-caminho-da-titulacao/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

CEPLAC. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 27 nov. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 do Ministério da saúde. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/pesquisa_cns.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, Paraná, n. 29, p. 164-176, maio/jun./jul./ago. 2005.

EVANGELISTA, F. R. A agricultura familiar no Brasil e no nordeste. Banco do nordeste do Brasil: Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 2000. Disponível em:
<http://www.banconordeste.com/content/aplicação/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/AgriculturaFamiliarnoBrasilenoNordeste.pdf>. Acesso em: 5 maio 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação. World Food Summit; 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe em 2009: Uma nova agenda de políticas públicas para superar a crise alimentar. Resumo executivo. Escritório regional da FAO para América Latina e Caribe, out. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/PSANALC_p.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Sustainable agricultural production: implications for international agricultural research. FAO Research and Technology, paper 4, 1989. 131 p

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1995.

IBGE. Censo agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

INSTITUTO CIDADANIA (São Paulo). Projeto fome zero: uma política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, 2001.

MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. São Paulo: Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ucitec/ Abrasco, 1994.

PEREIRA, A. L. Política de Alimentação escolar para populações específicas: Quilombolas. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.

PRAXEDES, R. R. Classe média negra no Brasil: negros em ascensão social. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, n. 20, jan. 2003.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V.P. Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Tapiramutá e Vitória da Conquista. Revista Eletrônica Sociedade e Desenvolvimento Rural: Avaliação de políticas de aquisição de alimentos, v. 1, nº 1, 2007.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. Medicina, Ribeirão Preto, v. 39, n.3, p. 333-9, jul./set. 2006.

SANTOS, L. A.S., et al. Programa nacional de alimentação escolar no contexto da municipalização. In: Sandra Maria Chaves (Org.). Avaliação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição no Estado da Bahia. São Paulo-SP: Prol Editora Gráfica, 2008, v. 2, p. 185-226.

SILVA, D. O., GUERRERO, A. F. H., GUERRERO, C. H., TOLEDO, L. M. de. A rede de causalidade da Insegurança alimentar e nutricional em comunidade quilombola com a construção da rodovia BR 163, Pará, Brasil. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, 21(suplemento), p. 83s-97s, jul./ago. 2008.

SILVA, A. G., COSTA, F. B. Programa de aquisição de alimentos: uma avaliação institucional. 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/1083.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.

VÍCTORA, C. G. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo, 2000.